

Dia da Galiza Combatente: **A Defesa da Terra não é delito**

Este *Dia da Galiza Combatente* está marcado pelo último juízo contra militantes da resistência galega. Mais de vinte anos após o início das atividades da resistência, no 15, 16 e 17 de Outubro, **Asunción Losada Camba e Antom Garcia Matos volverão ser julgados na Audiência Nacional espanhola, acusados de ordenar o ataque com explosivos contra a Casa Consistorial do Concelho de Baralha**, ocupado pelo Partido Popular. O Tribunal especial espanhol pede contra cada um 15 anos de cárcere.

A começos de Outubro de 2014 um potente artefato causou importantes destroços no edifício deste Concelho, ficando totalmente inoperativo durante meses. Por estes factos foi detido, julgado e condenado a 7 anos de prisão o independentista galego Raul Agulheiro Cartoi, por delitos de integração em “organização terrorista”, depósito de artefatos explosivos e danos materiais. Este ataque enquadrou-se na campanha que a resistência galega vinha despregando desde começos do século contra os principais Partidos-Estado do regime de ocupação: o Partido Popular e o Partido Socialista Obrero Español. As suas sedes foram alvo de numerosos ataques da resistência galega. Um ano antes, em Outubro de 2013, outra bomba tinha destruído o edifício do Concelho de Beade, governado também pelo Partido Popular. Tanto em Beade como em Baralha os seus alcaides do PP tinham destacado pelo seu filo-franquismo explícito e praticante. O conhecido alcalde franquista de Beade, Senén Pousa Soto, tinha-se gabado em reiteradas ocasiões de exhibir no seu despacho consistorial o retrato de Franco, celebrando até uma missa anual na honra do ditador. Trás o ataque da resistência galega, quando mais de um ano depois o edifício voltou a estar funcional, o alcalde retiraria o retrato. O alcalde de Baralha, numa linha semelhante, tinha defendido publicamente a repressão franquista na Galiza, de tão triste e dramático recorde para o nosso povo. Este é o contexto no que se enquadra a ação armada de Baralha, que hoje, dez anos depois, volta a ser atualizada pelo julgamento dos nossos irmãos. Referir, aliás, que para o nacionalismo galego os Concelhos atuais nunca foram instituições legítimas de autogoverno local, mas demarcações de descentralização administrativa surgidas do projeto imperial e colonialista espanhol para desestruturar, desnacionalizar e controlar territorialmente a nossa Nação.

Assum e Matos foram detidos em Vigo em Junho de 2019. Levam mais de 5 anos em prisão (Soto del Real, Estremera, a Lama, Teixeira e Pereiro de Aguiar), três deles em 1º grau. Em Janeiro de 2022 foram já condenados em firme a 28 anos de cadeia, acusados de vários delitos de pertença a “organização terrorista”, depósito de explosivos, posse de armas e falsificação de documentos oficiais. No momento da sua detenção levavam 13 anos na clandestinidade, pesando sobre eles uma ordem internacional de busca e captura. No cárcere incorporaram-se ao Coletivo de Presos/as Independentistas Galegos/as (CPIG). **São retaliados políticos, consequência da existência de um conflito político na Galiza que se tem manifestado historicamente baixo diferentes iniciativas organizativas e respostas políticas, sociais e culturais. Uma delas foi, durante as duas últimas décadas, a resistência galega. As suas duras condenas de cárcere querem ser exemplarizantes e intimidatórias para todo o nacionalismo galego, e isto não podemos admiti-lo.**

O cenário que enfrentamos como povo

A resistência galega tem-se referido em numerosas ocasiões ao estado de excepção democrático na Galiza, regime político, social e económico que tem denunciado e combatido o melhor que pôde durante o tempo que as circunstâncias o fizeram possível. Hoje já há quem se atreve pelo menos a falar abertamente de um “estado de excepção ambiental”. É um avanço. O tempo e os

factos vão-nos dando a razão. O quadro político-económico que temos denunciado e combatido durante várias décadas não faz mais que agrandar-se, fazendo-se cada vez mais inabordável desde a precariedade organizativa e analítica que maneamos e os métodos de intervenção social que estamos despregando.

Os novos combates, inevitavelmente, volverão dar-se aqui, revestindo mais dramatismo ante a profunda desordem psíquica coletiva, o narcisismo ensimesmado, tudo tipo de fantasias individualistas filhas do construtivismo pós-moderno, e uma vez que -agora sim- é possível decretar o fim do nosso mundo tradicional, com as suas velhas bases comunitárias e institucionais sobre as que as pessoas podiam exercer a sua influência na sociedade e articular medidas de resistência. **Ainda não somos plenamente conscientes do que nos aguarda, baixo o que nós chamamos utopia de reconstrução ecológica da civilização industrial e de progresso capitalista. Falamos talvez do maior ciclo de gasto em capital que vai viver a humanidade em toda a sua história e de uma nova concentração de poder e de capital sem precedentes.** E tudo isto significa enormes quantidades de recursos (a geoestratégia de recursos essenciais, desde as matérias-primas estratégicas, metais, fontes de energia e trabalho submisso e qualificado) e um controlo absoluto da população. Tudo galvanizado pela crise dos preços da energia desencadeada trás o início da guerra na Ucrânia, acelerado pela grande recessão provocada pela pandemia de 2020-2022 e marcado pelos limites ecológicos da própria reprodução do sistema. Mais uma vez, a **economia de guerra** volve-se o eixo central da ofensiva do capital sobre a nossa Nação, num novo ciclo de acumulação na economia global. E mais outra vez a nossa Terra, se não o remediar-mos a tempo, será sacrificada no altar das razões do progresso e o crescimento económico.

Após a Guerra Civil, o Estado espanhol apropriou-se das fontes de energia primária da nossa Terra para produzir energia eléctrica, apremiado pelo programa modernizador e a obsessão pela sua autonomia energética. Então FENOSA e Saltos do Sil levantaram de uma tacada até 39 muros de contenção dos nossos rios em apenas 20 anos (desde o encoro das Conchas, em 1948, até o de Alvarelhos, em 1972). Hoje, **uma réplica daquela desfeita, multiplicada por dez, está-nos a impactar já, neste caso baixo a consigna da soberania estratégica da Europa** (especialmente da sua independência energética) num contexto de conflitos geoestratégicos nos quais o capitalismo europeu quer assegurar a sua posição num novo paradigma chamado “verde”, da mão de uma nova expansão industrial centralizada como oportunidade histórica para ter toda a cadeia de produção de valor na Europa (autonomia industrial e produtiva). **Enfrentamos um novo neocolonialismo, travestido de “transição verde”** e em boa medida pilotado por elites transnacionais e fundos de investimento globais. Transição que, na realidade, são duas: transição energética e transição digital. Ambas as duas “necessárias” e complementares para a reconstrução “ecológica” da civilização industrial de progresso.

Há dois pontos fulcrais deste processo. Primeiro: **a tecnocracia** desde finais do século XX erige-se na forma organizativa que controla de modo abrumador o processo de acumulação de poder; um modelo sócio-político que trata de substituir a dialética de classes, identitária e territorial pela concorrência na cúspide do poder de uma pluralidade de elites. É tal a importância que se lhe está a conceder a que a tecnologia entre nos processos industriais, que mesmo desde as instituições públicas o têm convertido numa prioridade estratégica para a economia digital. O desenvolvimento tecnológico marca a decadência da civilização capitalista, não a sua plenitude, e em boa medida a sua aplicação maciça debilita a resistência tradicional dos/as trabalhadores/as. Segundo: **a digitalização, ademais de ser um contundente anestesiante social de 1ª ordem, é acaparadora de recursos hídricos e minerais, e acelerará de forma exponencial o consumo energético.** Difuminará, também, as fronteiras entre os setores e as indústrias tradicionais, acelerando a reconfiguração de toda a cadeia de valor.

O conflito entre as grandes empresas de gestão de dados e as populações locais será inevitável. Google já negocia para instalar-se na Noruega com o objectivo de que o seu centro de dados se beneficie do 50% da energia gerada nesse país. Chile negou recentemente à Google a instalação de

um centro de dados na capital, Santiago, porque as suas máquinas utilizariam diariamente 7 milhões de litros de água! Amazon negocia em Pensilvânia (USA) com uma central nuclear para instalar o seu centro de cálculo ao seu carão, de modo a garantir a enorme quantidade de energia que precisará. **Não há reconstrução e transição à escala da que estamos a falar e baixo os parâmetros ideológicos do capital sem minaria maciça, sem metalurgia, recursos naturais, ocupação e destruição territorial, controlo da população, industrialização selvagem e uma nova concentração de poder e de capital.** Energias renováveis (e o sonho de convertê-las no petróleo galego do século XXI), recursos hídricos abundantes, extração de minerais raros, hidrogénio verde (necessitam-se entre 60 e 90 litros de água para produzir 1 kg de hidrogénio e para cobrir outras necessidades derivadas do processo industrial, como as refrigerações), monocultivos agrícola-florestais e turistificação total serão os ginetes do novo neocolonialismo, a reproduzir as mesmas práticas extrativistas, colonizadoras e espanholizantes de toda a vida e que tão bem conhecemos na Galiza. Sem esquecer que o sistema nem sequer é capaz de formular qualquer alternativa às enormes quantidades de energia fóssil requeridas para a fabricação dos quatro ingredientes básicos da atual civilização: cimento, aço, plásticos e amoníaco (imprescindível, este último, para os fertilizantes nitrogenados do complexo agroindustrial).

Defender a Galiza da sua destruição programada

“A UE deve e pode falar a linguagem do poder”, exclamava Josep Borrell em 2019 trás o seu nomeamento como alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Como se não o tivesse feito até hoje! O novidoso é que agora ligava abertamente as capacidades tradicionais militares de defesa às suas capacidades económico-industriais estratégicas, e estas à garantia do subministro de recursos essenciais e à Transição Verde. Já há sobre a mesa uma proposta para assegurar que 10% da minaria de metais críticos esteja na UE. Este quadro é o que nos permite entender de forma cabal a terrível ofensiva que os sátrapas dos Partidos-Estado espanhóis na Galiza estão dispostos a levar a cabo. *“Não vou tolerar que não se explorem os recursos mineiros existentes em território galego”*, sentenciou Rueda. *“Chegou o momento de reindustrializar sobre as energias verdes”*, assegurava a Conselheira de Economia e Indústria na apresentação de um projeto de lei que estabelece profundas modificações na regulação das energias renováveis, da minaria e da concessão de águas para as iniciativas empresariais.

O entramado jurídico-político a escala galega que está a sustentar todo este edifício é bem conhecido: nova lei de administração ambiental simplificada; lei de recursos naturais; lei galega que regula os projetos industriais estratégicos (como o que permite a instalação de Altri); a sociedade Recursos de Galicia (participada pelo governo galego e até 30 empresas privadas) que baixo o lema *“Galiza verde e energeticamente autónoma”* está preparada para impulsar e agilizar todo tipo de projetos de geração energética “verde”, aproveitamento da riqueza mineira ou iniciativas que requiram concessões de águas; plano de desenvolvimento de direitos mineiros, que examinará até 200 direitos para minaria de permisos de exploração e concessões que estão caducados; planos de aceleração industrial; polos industriais verdes...etc, etc.

O “projeto industrial estratégico” de Altri é apenas o aperitivo de como a máfia garimpeira apostará forte na Galiza, terra pretendidamente pacificada e rendida ao aparelho político-eleitoral espanhol. A mobilização popular e a transcendental manifestação em Palas de Rei são já um fito histórico, independentemente do desenlace final, ao nível doutros protestos e levantamentos populares marcados para sempre na longa luta das/os galegas/os pela defesa da Terra. Como o assalto popular e queima das máquinas da fábrica do futuro marquês de Sargadelos em 1798 pela ocupação dos montes comunais e o intento d exploração dos/as camponeses; a queima em 1812 de fábricas e destruição de redes e barcos na ria de Muros e Noia pertencentes a industriais catalães, contra o processo de proletarização e irrupção de novas fórmulas empresariais de corte capitalista; o levantamento popular em Tebra, Tui (1896) contra a construção de uma das primeiras centrais elétricas na Galiza; o levantamento popular em Castrelo de Minho (1964-1967) contra a construção da barragem sobre o rio Minho a mãos de FENOSA; os enfrentamentos com a

Guarda Civil nas Encrovas durante os protestos populares contra a central térmica que FENOSA construía em Meirama nos anos '70; protestos e histórica manifestação contra o projeto da central nuclear de Regodela (Jove, 1974-1979)..., e assim um digno listado de atos de resistência ativa.

Irmãos, irmãs, **nunca um povo teve vitórias significativas apenas procurando consensos com as forças de poder negadoras da sua organização e forma de vida.** A singularidade atual estriba em que entraremos numa nova fase de acumulação cada vez mais “militarizada”, com não poucas analogias com o sucedido na pós-guerra no nosso país. Não é uma hipérbole. A economia de guerra num cenário de crise (ou *multi-crisis*) e colapso (conflitos bélicos, limites ecossistêmicos, pico do petróleo...), será o eixo central da acumulação na economia global, e dará pé a que se desenvolva uma cultura política cada vez mais autoritária. O mesmo facto da extrema paranoia securitária da sociedade atual, corresponde-se já com um capitalismo de guerra. Neste contexto, isso da “soberania do povo” terá cada vez mais um valor muito relativo. O “Estado de direito”, na linha do atual processo de expansão da legislação punitiva, converterá-se aceleradamente num direito penal preventivo (que já se ensaia abertamente contra a pretendida ameaça islamista), e uma arma de guerra contra as populações que se levantem em defesa do território e a sobrevivência do que fique das suas comunidades reconstruídas. De um dia para outro converterão-nos a todos em perigosos ecoterroristas.

Não há democracia quando não se defende o direito à Terra e à Vida. Um direito que será a bandeira sagrada do povo trabalhador galego frente o espanholismo, a burguesia transumanista e o capitalismo decrépito. Em consequência, como tem reclamado alguma ativista, **necessitamos um discurso e umas formas de luta pensados como pertencendo a um tempo de guerra.** Isto não é uma questão de consciência, é mesmo uma questão de poder, e se é uma questão de poder temos que ganhá-la pelas nossas próprias mãos. Ante tal desafio nenhuma alavanca deve ser negligenciada. A luta é o único caminho.

“Hoje estão-se sentando as bases do que serão as lutas do futuro. Vai-nos levar alguns anos entender tudo o que se está a passar e volver a conformar uma nova comunidade de resistência. O importante é roçar um caminho, estabelecer um sentido. Consta-nos que o melhor do nosso povo (e, por extensão, o melhor da humanidade) anda também nesse processo. Nós somos parte desta narrativa, deste sentido. Somos os combatentes pela defesa da Terra”

III Congresso da resistência galega. Primavera de 2017

**Viva Galiza Ceive!
Denantes mortos que escravos!**

Coletivo de Presos/as Independentistas Galegos/as (CPIG)
11 de Outubro de 2024. Dia da Galiza Combatente